

DOSSIÊ TEMÁTICO

Política Educacional: Análises e Perspectivas

APRESENTAÇÃO

Os artigos que compõem o *Dossiê Políticas Educacionais: Análises e Perspectivas* abordam questões relevantes e atuais do campo da educação, todas elas interrogadas a partir das políticas públicas de educação. O estudo das políticas públicas, no âmbito escolar, universitário, municipal e federativo, compreende, no geral, o recorte das pesquisas aqui publicadas, sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Destacamos que o campo empírico de pesquisa, referenciado predominante nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, traz ao público leitor dados que ajudam a compreender dimensões variadas das políticas educacionais, tais como conselhos escolares, comissões próprias de avaliação, educação escolar indígena, escola em tempo integral, regime de colaboração e plano de ações articuladas. Portanto, além de contribuir para o entendimento de temas/questões educacionais importantes, as pesquisas aqui reunidas no *Dossiê Políticas Educacionais: Análises e Perspectivas* constituem fontes adequadas para a realização de um diálogo necessário e frutífero, no sentido de inspirar ou ampliar os estudos sobre as políticas educacionais no Brasil.

O *Dossiê Políticas Educacionais: Análises e Perspectivas* está constituído por seis artigos. No primeiro deles, cujo título é “Conselhos escolares: estudo das implicações sobre o cotidiano da escola pública”, de autoria

de *Rodrigo Pereira*, analisa as formas de participação estabelecidas pelas comunidades nas instituições do Estado, tomando como foco as especificidades da escola. Nesse contexto o texto estabelece debates em torno do Conselho Escolar tomando-o como lugar privilegiado para os diálogos interculturais, a participação popular e o palco de decisões coletivas sobre os rumos da escola. O lugar empírico de realização da pesquisa apresentada no artigo foram escolas do interior do estado de Sergipe.

O segundo artigo do dossiê tem como título “Comissões próprias de avaliação: impasses e perspectivas na implementação da avaliação interna”, de autoria de *Assis Leão da Silva* e *Alfredo Macedo Gomes*. Trata-se de um texto sobre avaliação institucional, especialmente a avaliação interna, no instrumento Avaliação das Instituições de Educação Superior, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, considerando suas possibilidades como mecanismo para a formulação de políticas institucionais. O estudo tem como objetivo analisar ações e posições dos integrantes da Comissão Própria de Avaliação, responsável pela avaliação interna, em duas Instituições Federais de Educação Superior. Para tanto, são tomadas como referência as mudanças que se processam na política de avaliação da educação superior a partir da introdução dos índices gerais como parte da lógica do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. O estudo parte do pressuposto de que os limites e as dificuldades que as Comissões Próprias de Avaliação enfrentam para realização da avaliação institucional impactam seu potencial propositivo, particularmente em termos de políticas de gestão. A pesquisa constatou que, no delineamento do cenário atual das IFES, a possibilidade de a avaliação institucional constituir-se como referência para a formulação de políticas institucionais é consideravelmente diminuída diante das mudanças introduzidas no SINAES nos últimos anos. Isso leva as CPA a operarem no limite da formalidade institucional requerido pelo marco legal do Sistema.

Escrito por *Jonise Nunes Santos* e *Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro*, o artigo intitulado “Políticas públicas e educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011)” analisa a construção da proposta de implantação da educação escolar indígena no Município de Manaus, no período de 2005 a 2011. O texto se fundamenta nas políticas públicas para a educação escolar indígena e as concepções de diversidade cultural, identidade étnica, educação indígena e escola indígena. Os resultados evidenciamas reivindicações das organizações/comunidades indígenas de Manaus, por oferta de educação escolar diferenciada que atendesse às especificidades dessas populações. Tomando como referência as orientações nacionais para escola indígena, o estudo identifica as ações do poder público municipal em atendimento às demandas indígenas. Os resultados da pesquisa constataam, também, a força das reivindicações do movimento indígena para o avanço na definição de diretrizes e planos de ação voltados para organização da educação escolar indígena, no contexto do poder público municipal. O estudo constatou a necessidade de constante acompanhamento desse processo em face do desafio ainda a ser superado pelo poder público municipal de Manaus, pois a implantação da educação escolar indígena não se concretizou em sua plenitude.

O quarto texto que compõe o dossiê tem como título “Relações estado/municípios e colaboração nas políticas de alfabetização e formação de alfabetizadores no Ceará”, é de autoria de *Clotenir Damasceno Rabelo* e *Alda Maria Duarte Araújo Castro*. O artigo apresenta as relações entre Estado e Municípios no Ceará no período 2003 a 2006 no que se refere às políticas educacionais voltadas para formação continuada de alfabetizadores. Discute as linhas de ação assumidas pelo governo cearense no que se refere à efetivação do regime de colaboração e as iniciativas de cooperação entre os entes federados neste espaço subnacional. Trata-se de um estudos realizado por meio de análise documental que toma como fontes principais os documentos governamentais: Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social – Plano de Governo 2003-2006, o Plano de Educação Básica: Escola melhor, Vida melhor, o Relatório Final do

Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar e o Escola Melhor, Vida Melhor - Relatório de Gestão 2003-2006. Os resultados registram que as relações intergovernamentais e a colaboração são eivadas pelo embate entre as intenções declaradas e os percursos vivenciados, ensejando parcos sinais colaborativos e ranços centralizadores.

O penúltimo artigo que compõe o dossiê tem como título “Diagnóstico do plano de ações articuladas: o perfil da gestão da educação municipal”, escrito por *Ilma de Andrade Barleta*. O texto analisa os indicadores de gestão educacional presentes no diagnóstico do Plano de Ações Articuladas (PAR), para traçar o perfil da gestão dos municípios amapaenses. A partir do PAR é focalizada sua dimensão denominada Gestão Educacional, na área Gestão Democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino. Nesse ponto é tomado um conjunto de indicadores que sinalizam a possibilidade de construção da gestão democrática. O resultados revelam que a efetivação da gestão democrática nos sistemas de ensino dos municípios pesquisados ainda é um desafio, tendo em vista que a educação municipal apresentou no diagnóstico do PAR traços autoritários e centralizadores da gestão, como é o caso da: indicação política para o cargo de Diretor das unidades escolares, falta de atuação do Conselho de Alimentação Escolar, inexistência do Conselho Municipal de Educação, desestímulo à construção do Projeto Político Pedagógico e ausência de Plano Municipal de Educação.

Fechando o *Dossiê Políticas Educacionais: Análises e Perspectivas* está o artigo de *Edna Bertoldo*, cujo título é “A escola em tempo integral: a face minimalista da política educacional brasileira”. O texto objetiva refletir sobre a escola em tempo integral no contexto da atual política educacional brasileira, que tem como centralidade o combate à pobreza. Com base em pesquisa teórica e análise documental, a pesquisa que originou o artigo investiga em que medida a crescente implantação de escolas em tempo integral sinaliza avanços no Estado capitalista. O ponto de partida é a análise dos equívocos comumente feitos entre escola em tempo integral

e formação integral e, em seguida, analisa o significado de escola em tempo integral e seu surgimento no Brasil, finalizando com a reflexão sobre o papel do Estado no sistema do capital, a partir dos fundamentos em Marx e Mészáros.

Espera-se que o *Dossiê Políticas Educacionais: Análises e Perspectivas*, portanto, sirva, por um lado, para evidenciar estudos que vem sendo desenvolvidos no contexto das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Por outro lado, deseja-se que a leitura dos artigos provoque outras reflexões e novos estudos que venham aprofundar o campo temático analisado pelos artigos que compõem o dossiê aqui apresentado.

Ana Lúcia Félix

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Programa de Pós-Graduação em Educação

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Programa de Pós-Graduação em Educação